

RECURSO ESPECIAL Nº 1.321.340 - RS (2012/0091724-3)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : IRB INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL S/A
ADVOGADO : JOÃO DILSON FERREIRA E OUTRO(S) - RS042450
RECORRIDO : GERSON OSCAR NOÉ
ADVOGADOS : JOSÉ LUIZ DE MELLO SILVA E OUTRO(S) - RS010606
PÂMELA ANDREOLI SILVA - RS068042
INTERES. : SANTOS SEGURADORA S/A - EM LIQUIDAÇÃO
EXTRAJUDICIAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por IRB - INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL S/A, com arrimo na alínea "a" do permissivo constitucional, em face de v. acórdão proferido pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. INVALIDEZ PERMANENTE POR DOENÇA. NEGATIVA DE PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO. ALEGAÇÃO DE DOENÇA PREEXISTENTE À CONTRATAÇÃO.

A não-realização de exame médico prévio no candidato a segurado, indica que a seguradora assumiu o risco quanto à eventual inexatidão das informações fornecidas pelo futuro segurado. Ademais, ao preencher de próprio punho os cartões-proposta, de Seguro, o segurado informou a doença preexistente. A boa-fé é presumida, necessitando a má-fé prova nos autos. A seguradora não se desincumbiu do ônus da prova na forma do art. 333, II, do CPC.

Indenização devida. Custas e honorários pela parte vencida.

RECURSO PROVIDO." (e-STJ, fl. 523)

Os embargos de declaração opostos por GERSON OSCAR NOÉ foram acolhidos, com efeitos infringentes, sanando omissão, para declarar que a condenação imposta no acórdão se estende ao réu IRB, *in totum* e na forma solidária com a ré SANTOS SEGURADORA S/A. Eis a ementa do v. acórdão:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. NÃO CONDENÇÃO DE RÉU SOLIDÁRIO. LEGITIMIDADE PASSIVA RECONHECIDA EM DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. EMBARGOS ACOLHIDOS PARA SANAR A OMISSÃO. UNÂNIME." (e-STJ, fl. 549)

Os embargos de declaração opostos pelo IRB foram rejeitados (fls.

572-579).

Nas razões do recurso especial, a recorrente aponta violação aos artigos 757 e 760 do Código Civil de 2002; 14 da Lei Complementar n. 126/2007; 70, 267, VI, §3º, 295, 301, X, §4º, do CPC/73. Sustenta, em síntese, que a) *"tendo em vista que a invalidez permanente do ora recorrido resultou, em verdade, de acidente ocorrido anos antes da realização do contrato, não restam configurados os elementos caracterizadores da relação de seguro"* (e-STJ, fl. 637); b) o recorrido não tem legitimidade para pleitear o ingresso do IRB no pólo passivo da demanda; c) que interpôs agravo de instrumento retido contra a decisão que o incluiu no pólo passivo da demanda, mas que como tal matéria seria de ordem pública *"(...) deixou de reiterar as razões do seu Agravo retido nas suas contrarrazões de apelação"* (fls. 642); d) *"não há como condenar o Ressegurador a pagar quantia superior ao valor do contrato de resseguros, que ensejou sua participação no feito, sob pena de violar o artigo 70, III, do CPC"* (fls. 646).

Contrarrazões apresentadas às fls.654/665, e-STJ.

É o relatório. Decido.

Cumpre salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 2 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça"*.

Inicialmente, no que tange à violação aos arts. 267, VI, §3º, 295, 301, X, §4º, do CPC e art. 14 da Lei Complementar n. 126/2007, o apelo não merece prosperar. Uma vez que, a discussão quanto à aplicação dessas normas está preclusa, pois tal matéria, apesar de ter sido rebatida em sede de agravo retido, a ora recorrente não ratificou seu recurso nas contrarrazões à apelação, conforme assentado no v. acórdão estadual.

"Conforme se vislumbra à fl. 204 do processo, o IRB foi declarado como legítimo para compor o pólo passivo do mesmo.

Tal decisão restou atacada por agravo retido, que não foi reiterado nas contrarrazões do IRB.

Desta forma, transitou em julgado a decisão que declarou a legitimidade passiva do Instituto de Resseguros do Brasil, razão pela qual correto os presentes embargos, já que tal réu deveria constar na condenação." (e-STJ, fl. 550)

Por sua vez, os artigos 70 do Código de Processo Civil/73 e 760 do Código Civil, não estão prequestionados, apesar da oposição de embargos de declaração no eg. TJ-TO.

Com efeito, se mesmo após o julgamento dos embargos de declaração, o eg. Tribunal *a quo* continuar omissos quanto a matéria que se pretendia prequestionar, é dever do recorrente, no apelo nobre, apontar violação ao art. 535 do CPC/73 (CPC/2015, art. 1.022), o que não ocorreu no caso em liça. Nesse cenário, o apelo nobre esbarra no óbice da Súmula n. 211/STJ. Nesse sentido, destacam-se:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE, APÓS RECONSIDERAR DELIBERAÇÃO UNIPESSOAL ANTERIOR, NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA PARTE AGRAVANTE.

(...)

2. A ausência de enfrentamento da matéria objeto da controvérsia pelo Tribunal de origem, não obstante a oposição de embargos de declaração, impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento, nos termos da Súmula 211 do STJ.

2.1. Na hipótese, não foi apontada violação do artigo 535 do CPC/73, vigente à época, a fim de que esta Corte pudesse averiguar a existência de possível omissão no julgado quanto ao tema.

3. Agravo interno desprovido."

(AgInt no AgRg no AREsp 221.387/RJ, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 25/10/2017)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ALEGADA ILIQUIDEZ DO TÍTULO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA VENTILADA NO RECURSO ESPECIAL. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. PREQUESTIONAMENTO FICTO PREVISTO NO ART. 1.025 DO CPC/2015. NECESSIDADE DE SE APONTAR VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. PRECEDENTE. RECURSO NÃO PROVIDO.

(...)

2. O STJ não reconhece o prequestionamento pela simples interposição de embargos de declaração (Súmula 211). Persistindo a omissão, é necessária a interposição de recurso especial por afronta ao art. 1.022 do CPC de 2015 (antigo art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sob pena de perseverar o

óbice da ausência de prequestionamento.

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1098633/MG, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 12/09/2017, DJe 15/09/2017 - grifou-se)

Quanto a questão de fundo, o Tribunal de origem, concluiu que a seguradora emitiu o seguro conhecendo a restrição física do segurado. À título elucidativo, colacionam-se os seguintes excertos do v. acórdão vergastado:

"O Certificado Individual de Seguro, juntado à fl. 10 é claro em demonstrar que havia a contratação de invalidez permanente por doença.

Em seu verso, na declaração de saúde, o autor foi franco em informar que esteve em tratamento de lesão medular, em razão de traumatismo raquimedular em função de ferimento de arma de fogo. Desta forma, a Seguradora teve todos os elementos para mensurar se aceitava, ou não, segurar o autor.

A seguradora, ao aceitar a proposta de seguro com base simplesmente na declaração de saúde do proponente, prescindiu de qualquer exame médico prévio no candidato a segurado, providência que revelaria o seu real estado de saúde à época a contratação, bem como nas renovações posteriores. Ao contrário, acatou as informações inscritas no documento como verdadeiras, assumindo o risco em função da lesão existente.

Ora, agindo assim, não pode seguradora, tendo recebido sem qualquer óbice as parcelas do prêmio, ocorrendo sinistro previsto na apólice, esquivar-se do que se obrigou por força do avençado, sob a alegação de que o sinistro foi anterior ao contrato, pois em realidade, o ato de aposentadoria por invalidez ocorreu em 2004, fl. 21,. Durante a vigência da avença.

Em realidade o agir da seguradora fere com a boa -fé contratual, pois assumiu o risco de segurar pessoa com lesão pré -existente, devendo agora, arcar com as conseqüências ãa doença existente. (...) Não devemos olvidar que a jurisprudência e doutrina pátrias construíram o entendimento, hoje pacífico, de que a boa -fé sempre é presumida, enquanto a má-fé deve ser suficientemente comprovada.

Sendo assim, como já dito anteriormente, não demonstrada, à toda evidência, a má-fé do segurado na contratação, a sua boa -fé deve ser presumida.

Ressalto que aos contratos de seguro, são aplicáveis as disposições do Código de Defesa do Consumidor, nos termos do Capítulo I do Título I da Lei nº 8.078/90.

Segundo os termos do art. 47 da referida lei, as cláusulas contratuais devem ser interpretadas da maneira mais favorável ao

consumidor. Isto quer dizer que, em caso de dúvida na aplicação dos dispositivos contratuais de seguro, a ação ou seu recurso deverão ser julgados de forma a não se prejudicar o consumidor, que é considerado a parte hipossuficiente da relação jurídica de consumo." (e-STJ, fl. 526/528)

Por sua vez, da leitura das razões postas no apelo nobre, verifica-se que a ora recorrente deixou de refutar o fundamento ora transcrito. Nesse cenário, tem-se que o apelo nobre esbarra na Súmula n. 283/STF, pois não impugnou fundamento autônomo e suficiente para manter, por si só, o v. acórdão estadual nessa parte. Nessa linha de intelecção, destacam-se os seguintes julgados:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PERSONALIDADE JURÍDICA. DESCONSIDERAÇÃO. CITAÇÃO. NULIDADE. PRIMEIRO RÉU. CITAÇÃO POR EDITAL. LOCAL INCERTO. REEXAME. SÚMULA N. 7/STJ. SEGUNDO RÉU. COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO. IMPUGNAÇÃO. SÚMULA N. 283/STF. FRAUDE CARACTERIZADA. INTENÇÃO DE NÃO PAGAR CREDORES. IMPUGNAÇÃO. ARTIGO 1.021, § 1º, DO CPC. SÚMULA N. 182/STJ. NÃO CONHECIMENTO.

1. A ausência de impugnação a fundamento bastante do acórdão estadual atrai o óbice de que trata o enunciado n. 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

(...)

4. Agravo interno não conhecido."

(AgInt no REsp 1574437/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 27/10/2017 - grifou-se)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REAVALIAÇÃO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283 DO STF. DECISÃO MANTIDA.

(...)

3. O recurso especial que não impugna fundamento do acórdão recorrido suficiente para mantê-lo não deve ser admitido, a teor da Súmula n. 283/STF.

(...)

6. Agravo interno a que se nega provimento, com majoração de honorários sucumbenciais."

(AgInt no AREsp 1034507/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 29/08/2017, DJe 05/09/2017 - grifou-se)

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, I, do RISTJ, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator

